N. 378. — JUSTIÇA. — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1873.

Não deve um Juiz Municipal reassumir o exercício senão depois de intimado pelo Juiz de Direito do acordão que julgou nullo o processo instaurado contra o mesmo Juiz Municipal.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1873.

Hlm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n.º 3538 de 28 de Outubro findo, declaro a V. Ex. que, apesar de publicados pela imprensa os acordãos pelos quaes foram declarados nulos os processos contra o Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Santo Antonio da Patrulha, Bacharel Francisco Antonio Vieira Caldas, não devia este reassumir o exercício de suas funcções enquanto o Juiz de Direito da comarca não mandasse cumprir e intimar aquelles, acordãos cabendo ao referido Juiz Municipal usar dos recursos legais se houvesse demora no preenchimento de taes formalidades.

Deus Guarde a V. Ex. — *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 379. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1873.

Manda fazer a rectificação pedida por Francisco José Teixeira de Mesquita na matricula de quatro escravos que por engano foram dados em seu nome á Collectoria de Rendas Geraes do Pirahy, mas que pertencem a sua irmã D. Rosalia Maria da Conceição.

2.^a Secção. — Directoria da Agricultura. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1873.

Hlm. e Exm. Sr. — Ao Collector das Rendas Geraes do Pirahy, requereu Francisco José Teixeira de Mesquita, como procurador de sua irmã, D. Rosalia Maria da Conceição, para que na matricula dos escravos — Ignacio, sob n.º 10412; — Zeferino, sob n.º 10413; — Catharina sob n.º 10414; — e Maria, sob n.º 10415 se